



SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora TEREZA CRISTINA

REQUERIMENTO Nº DE - CRE

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir as fronteiras terrestres brasileiras, em especial quanto aos aspectos de defesa, segurança, desenvolvimento (saúde, saneamento, educação, infraestrutura, comunicação) e cooperação internacional. Os três grandes eixos dos debates, com painéis ao longo de 2023, seriam: 1) Defesa Nacional; 2) Segurança e Inteligência; e 3) Cooperação e Desenvolvimento para Integração na Área de Fronteira. Apresentamos, na Justificação, sugestão de nomes a serem convidados para os painéis. Requeremos, ainda, que seja designado um membro desta Comissão para apresentar Relatório sobre os trabalhos, visando elencar as oportunidades e vulnerabilidades na área de fronteira, bem como dificuldades e recomendações, e, ainda, apresentar sugestões legislativas que possam equacionar e amenizar os problemas levantados. .

JUSTIFICAÇÃO

O Brasil possui extensa e diversificada fronteira terrestre, com 1,4 milhão de km² de área total em mais de 16,8 mil km de comprimento e 150 km de largura de faixa, e tendo limites com dez países - Uruguai, Argentina, Paraguai, Bolívia, Peru, Colômbia, Venezuela, Guiana e Suriname, e o Departamento Ultramarino Francês da Guiana. Nessa área estão localizados 588 municípios de 11 Estados brasileiros, sendo que 122 fazem divisa com outros países e em 33 há cidades gêmeas.

Nesse magnífico e continental cenário, multiplicam-se oportunidades de cooperação e desenvolvimento socioeconômico, bem como não são diminutos os desafios com as organizações criminosas transnacionais, a evasão de bens e divisas, questões sanitárias, educacionais, habitacionais, logísticas, dentre outras.

Portanto, fundamental que discutamos esse assunto de tamanha importância. Propomos, assim, um Ciclo de Debates, com objetivos distintos, que congregue todos os níveis administrativos, todos os poderes, além da sociedade civil e empresarial. Nesse sentido, sugerimos três Painéis, como propostas abaixo:

1. Defesa Nacional:

- O Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (SISFRON) e sua efetividade na proteção das fronteiras terrestres brasileiras;
- A Operação Ágata e suas contribuições para o combate a organizações criminosas transnacionais;
- Apresentação do Plano Estratégico de Fronteiras, enfatizando as ações das Forças Armadas (Exército, Aeronáutica e Marinha) na segurança das fronteiras; e
- Avaliação do papel do Gabinete de Segurança Institucional (GSI) na coordenação das ações de segurança nas fronteiras terrestres.

Convidados:

- Representante do Ministério da Defesa (MD);
- Representante do Comando do Exército (EB);
- Representante do Comando da Marinha (MB);
- Representante do Comando da Aeronáutica (FAB);
- Representante do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (GSI-PR); e
- Representante da Consultoria Legislativa do Senado Federal.

1. Segurança Pública e Inteligência:

- Desafios na segurança das fronteiras terrestres;
- Cooperação e compartilhamento de informações para o combate ao crime transnacional;
- Inteligência e intercâmbio de informações entre as agências de segurança (tanto em nível federal quanto estadual);
- Cooperação entre estados fronteiriços no combate ao crime transnacional;
- Boas práticas e iniciativas de integração para fortalecer a segurança nas fronteiras;
- Desafio logístico de monitoramento e proteção das fronteiras.

Convidados:

- Representante da Polícia Federal (PF);
- Representante da Polícia Rodoviária Federal (PRF);
- Representante da Agência Brasileira de Inteligência (ABIN);
- Representante da Receita Federal do Brasil (RFB);
- Representante da Secretaria de Operações Integradas (SEGOV) do Ministério da Justiça e Segurança Pública;
- Representantes das Secretarias de Segurança Pública dos de fronteira;
- Representante do Observatório das Migrações Internacionais (OBMigra);
- Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC); e
- Representante da Consultoria Legislativa do Senado Federal.

1. Cooperação e Desenvolvimento para Integração na Área de Fronteira:

- Medidas para promover o desenvolvimento socioeconômico das regiões fronteiriças, incluindo saúde, saneamento, educação, infraestrutura e comunicação.
- Tratados e acordos de cooperação internacional envolvendo os países vizinhos para fortalecer a segurança e o desenvolvimento nas fronteiras;
- Avaliação do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e sua adequação para atender às necessidades dos municípios fronteiriços;
- Desafios e oportunidades da integração regional, os mecanismos de cooperação existentes;
- Fortalecimento da participação e da liderança brasileiras nesses processos de integração e cooperação regional.

Convidados:

- Representante do Ministério das Relações Exteriores (MRE);
- Representante do Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO);
- Representante do Ministério da Fazenda (MF);
- Representante do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA);
- Representante do Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR);
- Representante do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA);
- Representante do Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social de Fronteiras (IDESF); e
- Representante Confederação Nacional dos Municípios (CNM);
- Representante de prefeituras de cidades gêmeas, para discutir o Fundo de Participação dos Municípios (FPM), as necessidades de municípios fronteiriços e os tratados de cooperação fronteira;

- Representante da Consultoria Legislativa do Senado Federal.

Por certo, são sugestões de participantes. Conclamo as Senhoras e os Senhores Senadores a também propor nomes para os painéis.

Submeto aos pares essa proposta e conto com a colaboração e apoio da Comissão.

Sala da Comissão, 22 de junho de 2023.

Senadora Tereza Cristina
(PP - MS)